



# APONTAMENTOS SOBRE UM PARADIGMA PARA SE (RE)PENSAR O LAÇO SOCIAL

POR **RICARDO CARVALHO**

**“O que obriga a dar é exatamente o fato de que dar obriga”** MARCEL MAUSS

Há coisas que se devem dar, outras que se devem vender, e outras mais, que nem se dá nem se vende, pois devemos guardá-las. Dá-se o que é precioso, na forma de um presente embalado com esmero, e se amarra (o outro) em um belo laço (social) que nos faz dizer “muito obrigado”. Uma obrigação na qual o outro se vê enredado e desafiado, quando recebe o presente, a retribuir de forma equivalente ou superior ao que lhe foi dado. E assim a fila anda (será que a fila parou?).

Outras são as coisas que vendemos, pois no produto está embutido *um valor a mais* pelo trabalho envolvido. No entanto, guardamos com apreço (que não tem preço, de valor inestimável) aquilo que é mais sagrado, que não tem e não deverá jamais ter um valor de mercado. Assim o Dom continua a derivar de uma ética e de uma lógica que não são de mercado e lucro, mas de outra ordem – a da riqueza social (contrariamente ao pensamento de cunho ‘utilitarista’), onde são importantes as relações (*re-laço* o outro na obrigação de retribuir) por justamente darem vida a uma ação não-comercial. Trata-se de algo para além do cálculo racional instrumental de certo *homo-economicus*.

O laço social se inscreve em outra esfera – na organização da troca – tecido social efetivado pelo dom/dádiva e configurado de forma paradigmática pela antropologia e a etnologia, do final dos anos 19 e início dos 20, protagonizado por Marcel Mauss a partir de seus estudos nas tribos dos melanésios, polinésios e do sul da Ásia.

Portanto, do ponto de vista do laço e do vínculo social, o Dom funcionaria como uma espécie de portador, sem interesse, de uma emanção da solidariedade e generosidade na partilha, ainda presente nas chamadas “tribos primitivas”. Seria o Dom o sinalizador de uma utopia? Ou hoje, diante da extensão dos problemas e de nossa incapacidade manifesta de resolvê-los, não seria o Dom, mais do que nunca, uma premência social?

O que Marcel Mauss viu foi uma ‘força magnética’ nas coisas que circulavam entre os três planos – dar, receber e retribuir –, produzindo um movimento que fazia as ‘coisas’ quase voltarem para casa, como um presente retribuído que “prolongava” as pessoas. Ao se identificarem com as coisas, instalava-se um processo de “tudo vai e vem”, numa ciranda social permanente e produtora de

## SE NO MERCADO AS COISAS VALEM SOMENTE ENTRE SI, NO SISTEMA DO DOM AS COISAS VALEM O QUE VALE UMA RELAÇÃO

vínculos. Afinal, o que nos obriga a dar é uma prática ambivalente que, ao mesmo tempo, une as pessoas. Esse movimento perpétuo estaria impresso no inconsciente do espírito humano, como fonte primitiva das nossas relações sociais, que são a materialização de nossa imaginação social. A construção social nada mais é do que a materialidade do esforço imaginário dos sujeitos que a constroem.

Na verdade, há um prazer implícito no dom/dádiva, que é ao mesmo tempo prazer e obrigação de doar alguma coisa para além do cálculo, e isso causa vertigem na razão moderna assentada no individualismo egocêntrico. Pois se no mercado as coisas valem somente entre si, no sistema do Dom as coisas valem o que vale uma relação. Ou seja, a contraposição de um sistema mercantil a um sistema de base relacional é a verdadeira base do laço social. Numa economia relacional, as sociedades se obrigam mutuamente – num conceito paradoxal de “liberdade obrigada” – a trocarmos festas, polidez, danças e, sobretudo, o afeto *presente* no laço social. O laço resulta da aliança livremente consentida, realizada nas trocas e na concorrência dos presentes, que dão uma forma de inteligibilidade social invejável, pois incitam o aumento do grau de liberdade de uns em relação aos outros.

Afinal, a verdadeira obrigação no espírito do Dom é sair de si mesmo, doar-se, fazendo emergir a reciprocidade como efetivação de relações de igualdade mútua. A vida social é composta fundamentalmente de trocas, através de sistemas simbólicos (regras, arte, religião, etc) dirigidos por estruturas mentais inconscientes, cujo impulso psicológico nós transformamos em ações – infelizmente

não de ganha-ganha, como podemos constatar. Refletir sobre o dom/dádiva é, na verdade, tentar entender uma obrigação social, que é também, por dedução, uma obrigação moral. Com efeito, os atos morais que sustentam a sociedade são imperativos que têm motivação intrínseca. Eles repudiam a racionalidade, instrumental postulante de que somente aquilo que é mensurável, passível de cálculo, pode ter estatuto de verdade. Aquilo que nos liga e nos faz “soldados do batalhão social” é a solidariedade. Ligamos-nos na efetivação da dádiva.

Mas para doar-se é preciso ser dono de si (o *autónomos* grego), o Dom (lusitano) designativo de autoridade, de religioso, daquele que tem autoridade na dádiva, como o Dom no doar-se (um talento, sem dúvida). Dom também como designativo desta publicação que faz circular conhecimento – não é este o propósito da revista Dom? Hoje já vemos o Dom como designativo genérico daquele que tem um “dom” na quase acepção do talento, que pode e deve ser desenvolvido. Ou desenvolvemos nossa capacidade de dádiva, ou não haverá o que dar – imperativo terrível que nos impõe o contemporâneo, já nesta primeira década do novo milênio.

O que Marcel Mauss observou e sistematizou e, mais tarde, aparece no legado de Lévy-Strauss, é algo que escapa do circuito de trocas – a “alma” nas e das coisas dadas. Não por acaso queremos alcançar o tão almejado *esprit de corps* nas nossas equipes de trabalho. Em tempos de alta performance podem existir equipes “sem alma”? – perguntariam hoje os diletos antropólogos.

Se escaparmos dos nossos laços (sempre sociais), estaremos condenados a nos tornar cada vez mais dependentes dos nossos bens e, em consequência, de nossos produtos. Aí então, não saberemos mais julgar, por que não seremos mais livres. O único laço possível é a obrigação consentida em relação ao outro. A inteligência social inexistente entre as novas gerações nos interroga sobre o “relacionar” das equipes. Aqui o laço social como vínculo entre os membros deve ser (re) pensado – eis o desafio – num registro que não é só da obrigação de retribuir em troca do bônus/recompensa, nem do sacrifício abnegado, sem sentido e significado.

Retornando à interrogação inicial, precisamos (re) pensar o Dom como formador do laço social. Nesse sentido, estenderemos nossas indagações a

um campo investigativo mais amplo, porém necessário, que deve ser “lido” como um desafio para a gestão contemporânea das organizações. Concordamos que redefinir nosso modo de existência é mais do que necessário, mas ousamos pensar no que já é consensual – que o paradigma do Dom exigirá de nós um esforço para além da racionalidade instrumental, calculada e mensurável, reinante nos tempos atuais. Precisamos ir além da “mesmerização” do pensamento e evitar o risco de nos transformarmos em *ecochambers* (termo usado nos EUA para designar grupos/tribos que pensam de modo semelhante e repetem seus pensamentos entre si mesmos, como numa “câmara de ecos”). Assim, exerceremos a obrigação consentida do Dom ao “dar, receber e retribuir”, uma configuração triangular por excelência do laço social – ainda presente nas chamadas “tribos primitivas” – que, por incrível que pareça, ainda temos remanescentes no Brasil. Será um Dom?

---

**RICARDO CARVALHO** é professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, doutor pela Universidade de Paris.

